



ÍNDICE

PARTE II ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA

1 CONCEITO DE ACTUAÇÃO	6
1.1 COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL	8
1.2 SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES	9
1.3 COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL	14
2 EXECUÇÃO DO PLANO	15
2.1 FASE DE EMERGÊNCIA	17
2.2 FASE DE REABILITAÇÃO	26
3 ARTICULAÇÃO E ACTUAÇÃO DE AGENTES E ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO	31
3.1 MISSÃO DOS AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL	38
3.2 MISSÃO DOS ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO	41
3.3 MISSÃO DE OUTRAS ENTIDADES	50



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Fases de actuação	6
Figura 2 – Medidas iniciais.....	7
Figura 3 – Sistema evolutivo de comando e controlo da operação (estrutura piramidal).....	10
Figura 4 – Composição e atribuições do PCO.....	11
Figura 5 – Níveis de actuação no sistema de gestão de operações.....	12
Figura 6 – Zonas de intervenção.....	13
Figura 7 – Estrutura do sistema de gestão de operações.....	14
Figura 8 – Procedimentos para execução do PMEPCB.....	16
Figura 9 – Estrutura operacional.....	17

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Plano Estratégico de Acção.....	12
Quadro 2 – Competências do COM.....	15
Quadro 3 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar para a generalidade das situações de emergência.....	18
Quadro 4 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (movimentos de vertente).....	18
Quadro 5 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (cheias e inundações).....	19
Quadro 6 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (sismos).....	19
Quadro 7 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (ondas de calor e secas).....	20
Quadro 8 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (vagas de frio, geadas e nevões).....	21
Quadro 9 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (incêndios urbanos e industriais).....	21
Quadro 10 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (acidentes rodoviários).....	22



Quadro 11 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (acidentes ferroviários)	22
Quadro 12 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (acidentes no transporte de matérias perigosas).....	23
Quadro 13 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (acidentes em estabelecimentos industriais perigosos)	23
Quadro 14 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (colapso de estruturas)	24
Quadro 15 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (ruína de edifícios)	24
Quadro 16 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (incêndios florestais).....	25
Quadro 17 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (contaminação de aquíferos)	26
Quadro 18 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (movimentos de vertente)	26
Quadro 19 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (cheias e inundações)	27
Quadro 20 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (sismos).....	27
Quadro 21 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (ondas de calor e secas) .	27
Quadro 22 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (vagas de frio, geadas e nevões).....	28
Quadro 23 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (incêndios urbanos e industriais)	28
Quadro 24 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (acidentes rodoviários)...	28
Quadro 25 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (acidentes ferroviários)...	29
Quadro 26 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (transporte de matérias perigosas).....	29
Quadro 27 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (acidentes em estabelecimentos industriais perigosos)	29
Quadro 28 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (colapso de estruturas)...	29
Quadro 29 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (ruína de edifícios).....	30
Quadro 30 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (incêndios florestais)	30



Quadro 31 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (contaminação de aquíferos)	30
Quadro 32 – Agentes de Protecção Civil	31
Quadro 33 – Organismos e Entidades de Apoio.....	32
Quadro 34 – Missões dos Corpos de Bombeiros (fases de emergência e reabilitação)	38
Quadro 35 – Missões das Forças de Segurança (fases de emergência e reabilitação).....	39
Quadro 36 – Missões das Forças Armadas (fases de emergência e reabilitação)	39
Quadro 37 – Missões do INEM (fases de emergência e reabilitação)	40
Quadro 38 – Missões do Hospital de Braga e ACES Cávado I- Braga (fases de emergência e reabilitação) .	40
Quadro 39 – Missões da Autoridade de Saúde de Nível Municipal (fases de emergência e reabilitação)....	40
Quadro 40 – Missões da CVP – Delegação de Braga (fases de emergência e reabilitação).....	41
Quadro 41 – Missões da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Braga (fases de emergência e reabilitação).....	41
Quadro 42 – Missões da Polícia Municipal (fases de emergência e reabilitação).....	42
Quadro 43 – Missões do Gabinete Médico-legal de Braga (fases de emergência e reabilitação).....	42
Quadro 44 – Missões do Serviço Local de Segurança Social de Braga (fases de emergência e reabilitação)	42
Quadro 45 – Missões das IPSS's existentes no município de Braga (fases de emergência e reabilitação) ...	43
Quadro 46 – Missões da Autoridade Florestal Nacional (fases de emergência e reabilitação)	43
Quadro 47 – Missões do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (fases de emergência e reabilitação).....	43
Quadro 48 – Missões da EDP Distribuição (fases de emergência e reabilitação).....	44
Quadro 49 – Missões da EDP Gás Distribuição e da Citygás (fases de emergência e reabilitação)	44
Quadro 50 – Missões da EP – Estradas de Portugal (fases de emergência e reabilitação)	44
Quadro 51 – Missões da BRISA e ASCENDI (fases de emergência e reabilitação).....	45
Quadro 52 – Missões da CP – Comboios de Portugal (fases de emergência e reabilitação).....	45
Quadro 53 – Missões da CP - Carga (fases de emergência e reabilitação).....	45
Quadro 54 – Missões da REFER (fases de emergência e reabilitação)	45
Quadro 55 – Missões da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (fases de emergência e reabilitação).....	46
Quadro 56 – Missões das empresas de transporte colectivo de Braga (fases de emergência e reabilitação)	46
Quadro 57 – Missões da Portugal Telecom (fases de emergência e reabilitação).....	46



Quadro 58 – Missões da Autoridade Nacional de Comunicações (fases de emergência e reabilitação)	46
Quadro 59 – Missões dos Operadores de Telecomunicações (fases de emergência e reabilitação)	47
Quadro 60 – Missões dos Radioamadores (fases de emergência e reabilitação)	47
Quadro 61 – Missões dos Órgãos de Comunicação Social (fases de emergência e reabilitação)	47
Quadro 62 – Missões da AGERE – Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga - EM (fases de emergência e reabilitação)	47
Quadro 63 – Missões do Instituto da Água (fases de emergência e reabilitação)	48
Quadro 64 – Missões da Agência Portuguesa do Ambiente (fases de emergência e reabilitação)	48
Quadro 65 – Missões do Instituto de Meteorologia (fases de emergência e reabilitação)	48
Quadro 66 – Missões da Santa Casa da Misericórdia de Braga (fases de emergência e reabilitação)	49
Quadro 67 – Missões do CNE – Núcleo de Braga (fases de emergência e reabilitação)	49
Quadro 68 – Missões dos Agrupamentos de Escolas (fases de emergência e reabilitação)	49
Quadro 69 – Missões dos Restaurantes Locais (fases de emergência e reabilitação)	50
Quadro 70 – Missões dos Postos de Combustível Locais (fases de emergência e reabilitação)	50
Quadro 71 – Missões das Empresas de Segurança Privadas (fases de emergência e reabilitação)	50
Quadro 72 – Missões do Presidente da Câmara Municipal de Braga ou do seu substituto legal (fases de emergência e reabilitação)	50
Quadro 73 – Missões da Câmara Municipal de Braga (fases de emergência e reabilitação)	51
Quadro 74 – Missões do Serviço Municipal de Protecção Civil de Braga (fases de emergência e reabilitação)	51
Quadro 75 – Missões das Juntas de Freguesia (fases de emergência e reabilitação)	51



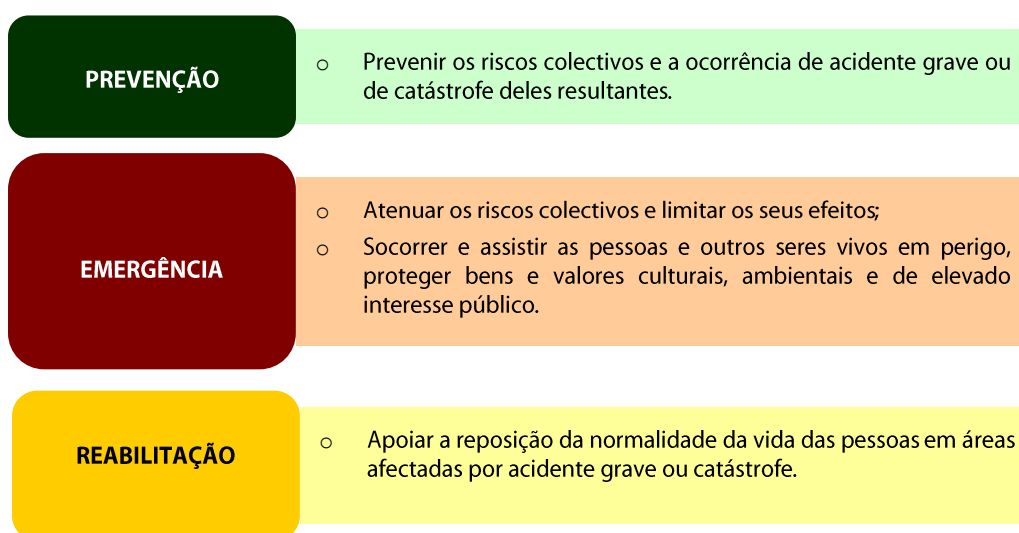
1

CONCEITO DE ACTUAÇÃO

O conceito de actuação visa estabelecer os princípios orientadores a aplicar numa operação de emergência de protecção civil. São definidas a missão, tarefas e responsabilidades dos diversos agentes, organismos e entidades, assim como são identificadas as respectivas regras de actuação e tipificadas as medidas a adoptar para resolver ou atenuar os efeitos decorrentes de um acidente grave ou catástrofe.

A actuação da protecção civil, de acordo com os seus objectivos fundamentais, é efectuada em três fases:

Figura 1 – Fases de actuação



A fase de prevenção faz parte da rotina das diversas entidades envolvidas na protecção civil, no entanto, é importante realizar acções em conjunto para maximizar a sua eficiência.

Na fase de emergência é exigida uma articulação entre diversas entidades que actuam ao nível do município, sendo fundamental que a mesma se processe de forma eficiente e coordenada.

Após a fase de emergência inicia-se a fase de reabilitação, na qual é necessário normalizar a vida das populações afectadas o mais rapidamente possível, exigindo portanto um esforço conjunto das diversas entidades intervenientes.

O PMEPCB é essencial para o sucesso nas duas fases (emergência e reabilitação) de actuação da protecção civil. Assim, e caso se verifique a ocorrência ou iminência de ocorrência de acidente grave ou catástrofe no concelho de Braga, são desencadeadas de imediato as acções de protecção civil.

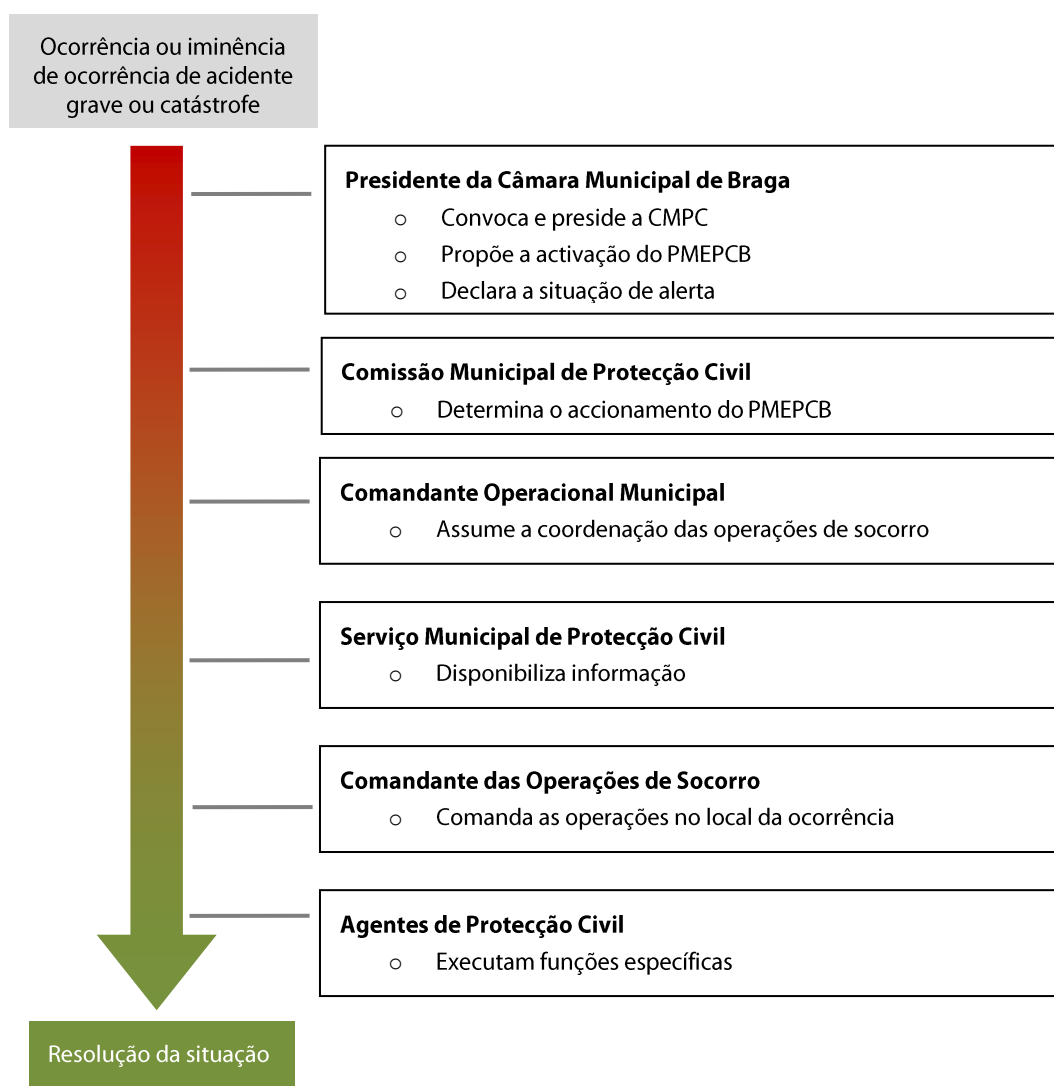
O desencadeamento destas acções é da responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal, conforme definido no artigo 35º da Lei nº 27/2006, de 3 de Julho.



O Presidente da Câmara Municipal de Braga, no exercício das suas funções de responsável municipal da política de protecção civil é apoiado por uma estrutura composta pela Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC), Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) e Comandante Operacional Municipal (COM).

A estrutura inicial de resposta das acções de protecção civil compreende diversas regras de actuação, como se pode ver na figura seguinte:

Figura 2 – Medidas iniciais



De salientar que em caso de acidente grave ou catástrofe, o director do plano (Presidente da Câmara Municipal de Braga), bem como a CMPC encontram-se em contacto permanente com o CDOS de Braga, assegurando, deste modo, a eficácia e concretização das acções a desencadear, garantindo,



simultaneamente, que a informação aprestar às restantes entidades intervenientes no plano se encontra actualizada.

1.1 COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

Conforme definido no artigo 40º da Lei nº 27/2006, de 3 de Julho, a CMPC é um órgão de coordenação em matéria de protecção civil, existente em todos os municípios e composto por elementos que auxiliam na definição e execução da política de protecção civil.

A CMPC assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de protecção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

São competências da CMPC as seguintes (de acordo com o definido no número 3 do artigo 3º da Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro):

- Accionar a elaboração do plano municipal de emergência, remetê-lo para aprovação pela Comissão Nacional de Protecção Civil e acompanhar a sua execução;
- Acompanhar as políticas directamente ligadas ao sistema de protecção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social;
- Determinar o accionamento dos planos, quando tal se justifique;
- Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC accionam, a nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das acções de protecção civil.

De modo a executar as competências que lhe estão atribuídas a CMPC apresenta na sua composição os seguintes elementos:

- O Presidente da Câmara Municipal de Braga, que preside, em caso de ausência ou impedimento, será revezado pelo seu substituto legal;
- O Comandante Operacional Municipal;
- Um elemento do comando dos Bombeiros Sapadores de Braga;
- Um elemento do comando dos Bombeiros Voluntários de Braga;
- O representante do destacamento territorial da Guarda Nacional Republicana de Braga;
- O representante da Polícia de Segurança Pública;
- O representante da autoridade de saúde de Braga;
- O representante do ACES Cávado I - Braga;



- O representante do Hospital de Braga;
- O representante dos Serviços de Segurança Social de Braga;
- O representante da Polícia Municipal de Braga.

O local de funcionamento estabelecido para a CMPC é o quartel dos Bombeiros Sapadores de Braga, sito na rua do Ferraz, 4700-380 Braga. Como local alternativo de funcionamento é o sito no edifício da Polícia Municipal, na rua do Farto (junto à Sé).

FUNCIONAMENTO DA CMPC

A CMPC de Braga apresenta algumas normas de funcionamento com o intuito de estabelecer procedimentos para o desenvolvimento dos trabalhos da referida Comissão, nomeadamente:

1. As convocações serão sempre feitas por escrito, com a antecedência mínima de sete dias, sendo que em caso de manifesta urgência este prazo é dispensado, bem como o modo de convocação, devendo ser utilizado um modo mais célere, como o telefone ou outro adequado às circunstâncias;
2. A Comissão Municipal de Protecção Civil delibera com a presença da maioria dos seus membros, excepto se for convocada com carácter de urgência;
3. Será preenchida uma ficha de contactos que deverá ser actualizada regularmente.

1.2 SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES

O sistema de gestão de operações para o município de Braga foi estruturado tendo como base o definido no capítulo IV do Decreto-Lei nº 134/2006, de 25 de Julho – SIOPS.

O sistema de gestão de operações é uma forma de organização operacional que se desactiva quando termina a ocorrência, tendo como principal objectivo facilitar ao Comandante das Operações de Socorro (COS) a implementação das condições necessárias à execução das prioridades táticas.

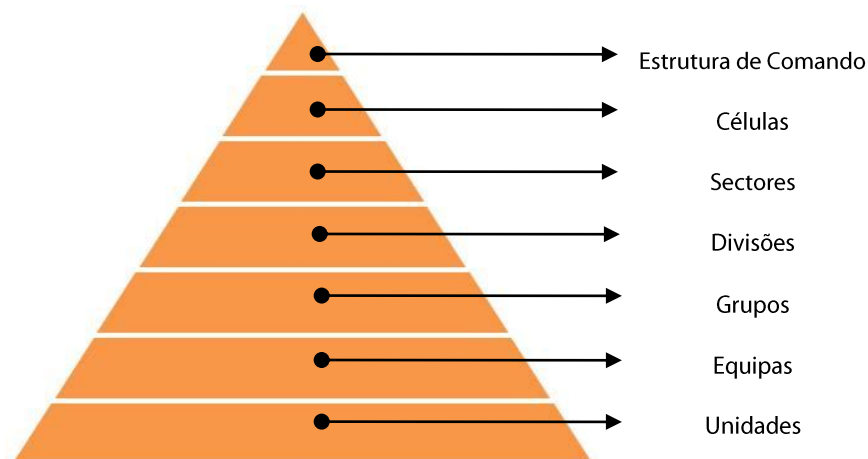
Independentemente da importância e dimensão da ocorrência utiliza-se sempre o sistema de gestão de operações, variando apenas o desenvolvimento da sua organização.

“Sempre que uma força de socorro de uma qualquer das organizações integrantes do SIOPS seja accionada para uma ocorrência, o chefe da primeira força a chegar ao local assume de imediato o comando da operação e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo da operação.” (número 2 do artigo 12º do referido diploma).



Após atribuída a função de COS é da sua competência a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo da operação, que deve evoluir de acordo com a seguinte estrutura piramidal:

Figura 3 – Sistema evolutivo de comando e controlo da operação (estrutura piramidal)



Em cada momento existe apenas um único elemento a comandar as operações e deverá ser levado em conta que a relação ideal na estrutura piramidal em termos de supervisor e recurso é de 1:5.

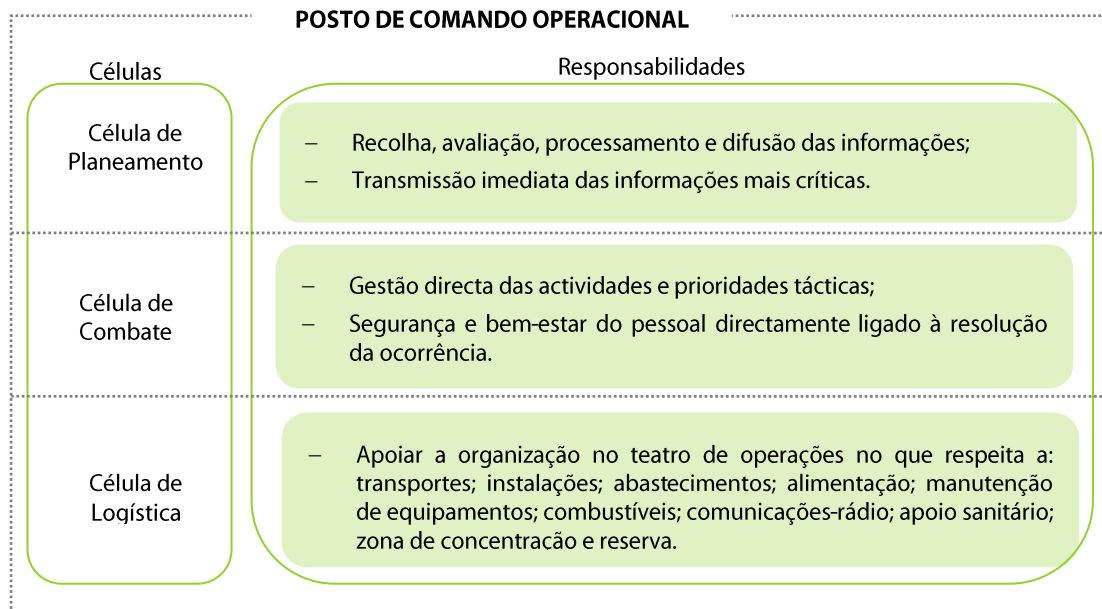
A função de COS deve ter em conta a adequação técnica dos agentes presentes no teatro de operações e a sua competência legal (como definido no n.º 4 do artigo 12.º do mesmo diploma).

Sempre que se verifique uma transferência de comando, deverá ser previamente efectuado um briefing e uma notificação da substituição a toda a estrutura operacional presente no teatro de operações.

A estrutura da organização desenvolve-se de acordo com as necessidades específicas de cada ocorrência, sendo necessário hierarquizar a organização quando a mesma atinge um determinado nível em que o COS não consegue gerir todas as áreas do teatro de operações.

Deste modo o COS poderá ser apoiado por três oficiais e pelo Posto de Comando Operacional (PCO). Os três oficiais serão responsáveis pelas relações públicas, segurança e ligações, colaborando directamente com o COS.

O PCO é coordenado directamente pelo COS e composto por três células, cada uma com um responsável. Tendo por missão apoiar o responsável das operações na preparação das decisões e na articulação dos meios no teatro de operações. As células do PCO apresentam as seguintes responsabilidades:

**Figura 4 – Composição e atribuições do PCO**

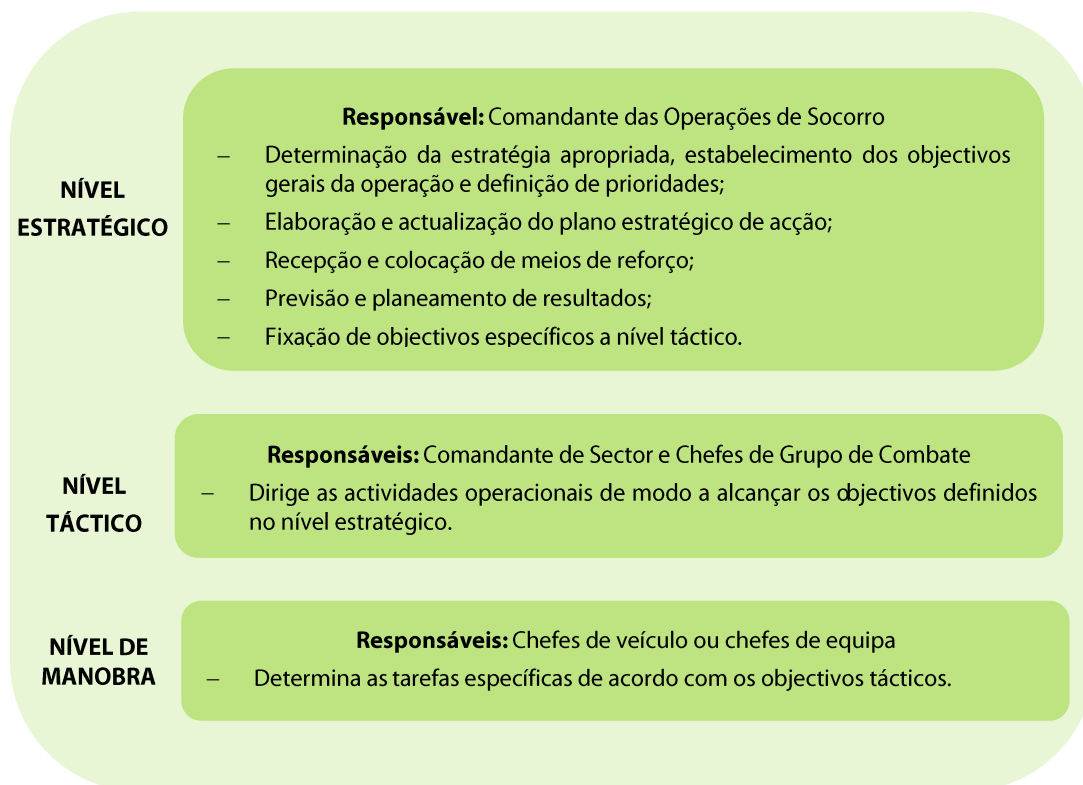
A configuração base do sistema de gestão de operações é feita a três níveis:

- Nível Estratégico – comando das operações;
- Nível Tático – objectivos operacionais;
- Nível de Manobra – tarefas específicas.

Em cada nível são realizadas actividades distintas que convergem num único objectivo: a supressão da ocorrência. No esquema seguinte encontram-se definidas as actividades e os responsáveis de cada nível:



Figura 5 – Níveis de actuação no sistema de gestão de operações



Uma das atribuições do nível estratégico é desenvolver o plano estratégico de acção (PEA), que é a base do desenvolvimento da organização no teatro de operações. O PEA determina a localização dos meios e estabelece os objectivos táticos, tendo em consideração as responsabilidades estratégicas e as actividades de apoio, que apresentam a seguinte estrutura:

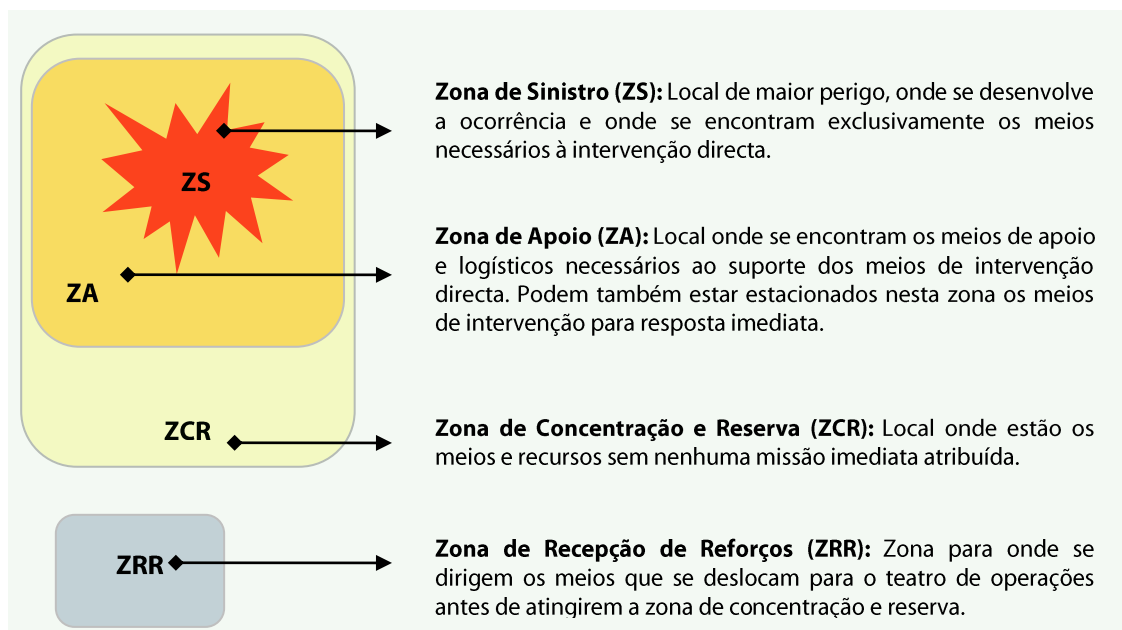
Quadro 1 – Plano Estratégico de Acção

PLANO ESTRATÉGICO DE ACÇÃO	
CONTEÚDOS	DEFINIÇÕES
Objectivos	Fixados pelo COS
Estratégias	Formas de chegar ao resultado esperado
Organização	Definição de como se irá organizar a estrutura modular e como se estabelecerão as dependências hierárquicas
Recursos requeridos	Identificação dos recursos necessários expectáveis
Táticas	Definição de quem, o quê, onde e quando
Comando unificado	Para cada teatro de operações só existirá um comandante das operações de socorro



Relativamente à organização dos teatros de operações existem quatro zonas de intervenção distintas, conforme explicitado no esquema seguinte:

Figura 6 – Zonas de intervenção



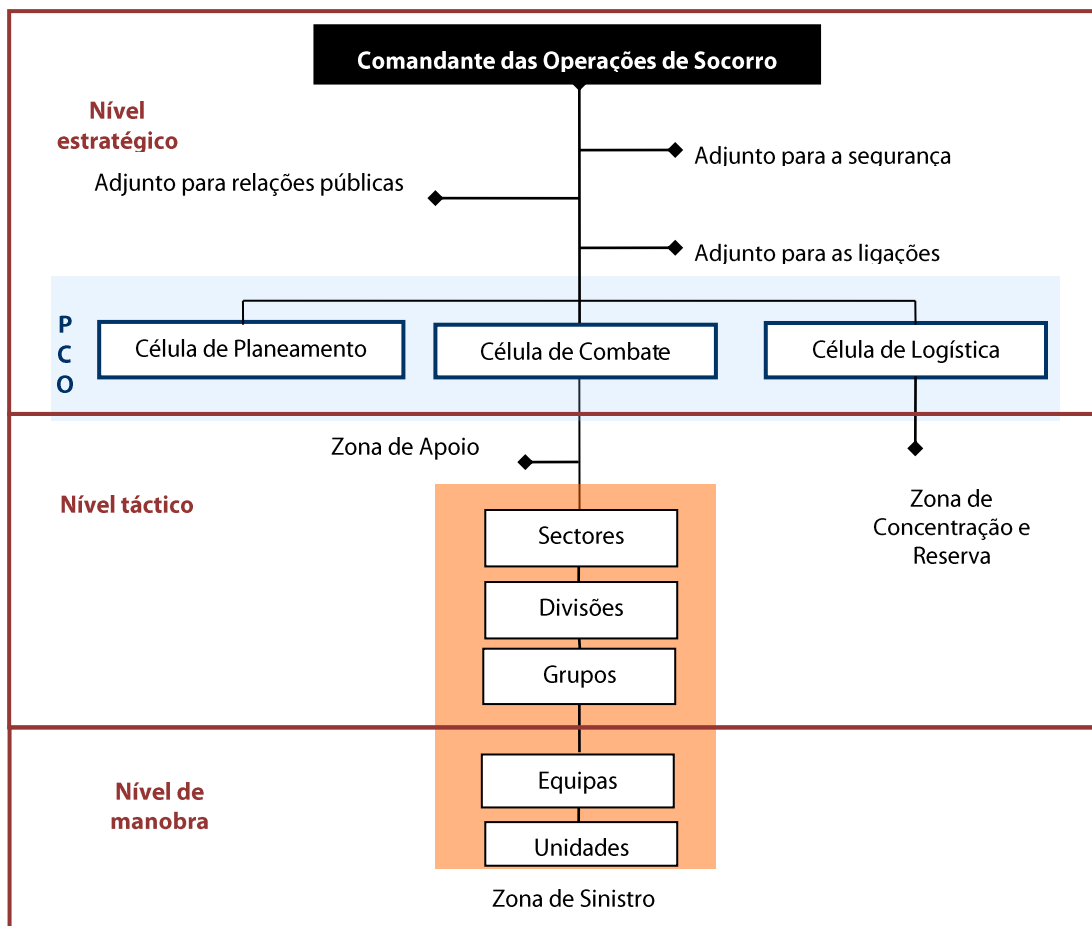
Os teatros de operações (TO) poderão ainda organizar-se em sectores, que consiste na repartição do TO em áreas com gestão própria, sendo o responsável pela sua gestão o Comandante de Sector nomeado pelo COS.

O estabelecimento dos sectores pretende reduzir a necessidade de controlo directo da operação por um único graduado, criando unidades de menor dimensão que permitem ao COS comunicar com o nível intermédio da estrutura ao invés de o fazer com cada uma das unidades operacionais.

Em suma, o sistema de gestão de operações apresentará a seguinte organização:



Figura 7 – Estrutura do sistema de gestão de operações



1.3 COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL

A Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro, institui a figura do COM, que actua exclusivamente no âmbito territorial do município e depende hierárquica e funcionalmente do presidente da Câmara Municipal de Braga. No município de Braga o Comandante Operacional Municipal é por inerência o Comandante dos Bombeiros Sapadores de Braga que, de acordo com o artigo 14º do referido diploma legal, apresenta as seguintes competências:

**Quadro 2 – Competências do COM**

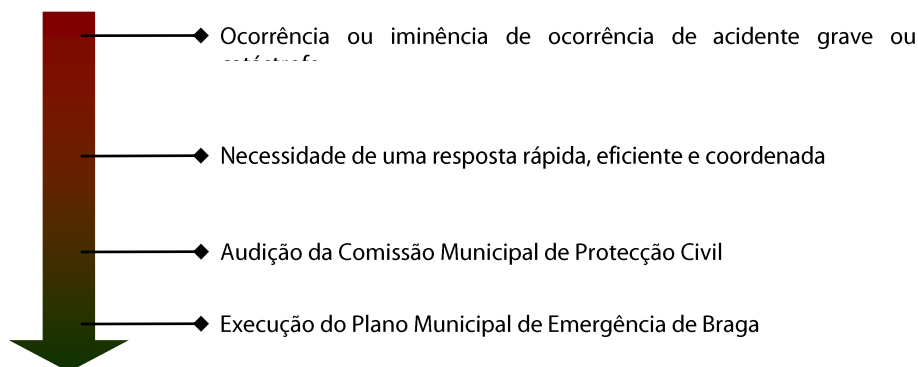
COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL
COMPETÊNCIAS
Acompanhar permanentemente as operações de protecção e socorro que ocorram na área do concelho
Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis
Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros
Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respectivo município
Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem
Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros.
O COM de Braga mantém ainda permanentemente ligação de articulação operacional com o Comandante Operacional Distrital (CODIS), sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional do presidente da Câmara Municipal de Braga.

2**EXECUÇÃO DO PLANO**

Face a uma situação de acidente grave ou catástrofe compete ao director do plano, o presidente da Câmara Municipal de Braga ou o seu substituto legal, assumir a direcção da coordenação do plano. A execução do plano providencia, através de uma resposta concertada, as condições e os meios disponíveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe. No entanto, previamente à execução do PMEPCB é necessário proceder de acordo com o esquema seguinte:



Figura 8 – Procedimentos para execução do PMEPCB

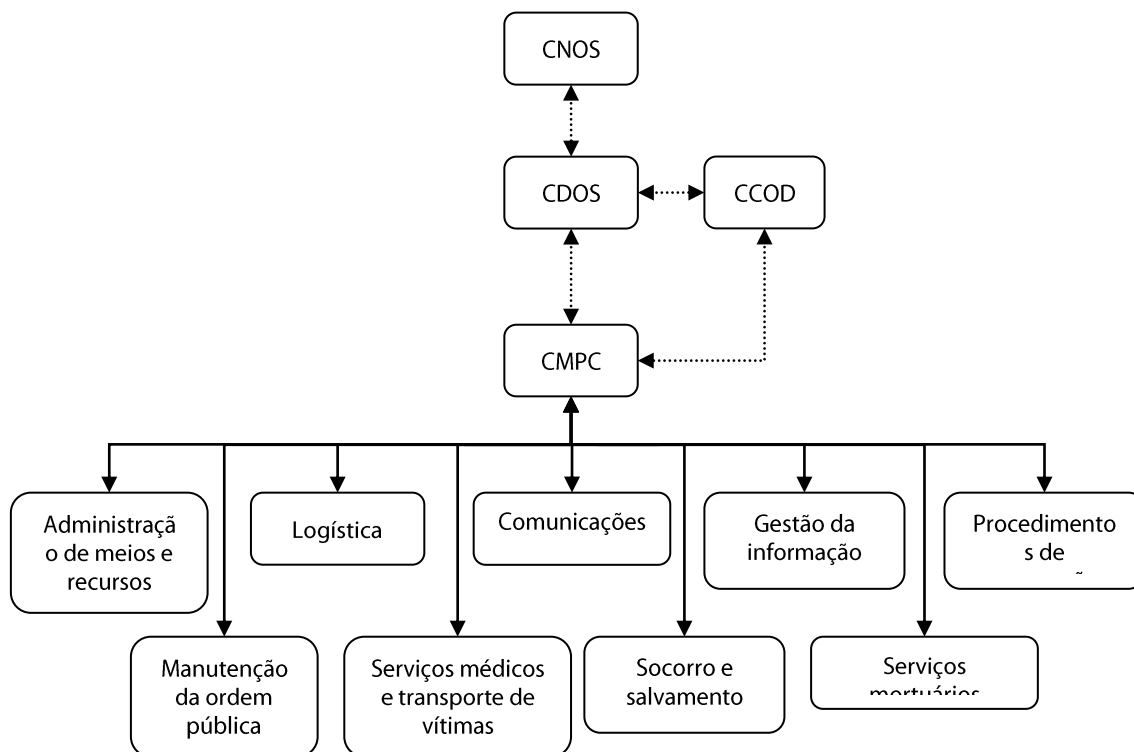


A execução do PMEPCB tem como principal objectivo minimizar a perda de vida e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade, contando para tal com um empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos afectos às operações de protecção civil.

O PMEPCB providencia uma resposta organizada em duas fases distintas: a fase de emergência, onde se executam as acções de resposta e supressão da ocorrência e a fase de reabilitação, caracterizada pelas acções e medidas destinadas à reposição da normalidade.

Sempre que se considere necessário, para apoio na tomada de decisões, o director do plano reúne com os coordenadores das áreas de intervenção básicas das operações.

A estrutura operacional apresenta a seguinte composição:

**Figura 9 – Estrutura operacional**

Quando o PMEPCB for activado, os meios operacionais de resposta à emergência são os pertencentes aos agentes de protecção civil, entidades e organismos de apoio, ou privados com os quais existam protocolos, ou outros que venham a ser obtidos ou provenientes de ajuda externa.

A utilização destes meios é administrada pela CMPC e, depois de solicitados, são geridos pelo PCO, consoante as necessidades das operações.

2.1 FASE DE EMERGÊNCIA

A fase de emergência caracteriza as acções de resposta tomadas e desenvolvidas nas primeiras horas após um acidente grave ou catástrofe e destina-se a providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e meios indispensáveis à minimização das consequências, nomeadamente as que causem impacto nos cidadãos, no património e no ambiente.

Os diversos intervenientes nas operações de emergência, devem desenvolver as seguintes acções nas primeiras horas:



Quadro 3 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar para a generalidade das situações de emergência

ACÇÕES	INTERVENIENTES
<ul style="list-style-type: none"> Identificar o local e a tipologia de risco; Comandar as operações de socorro; Delimitar a zona de sinistro. 	Comandante das Operações de Socorro
<ul style="list-style-type: none"> Declarar a situação de alerta e propor a activação do PMEPCB. 	Presidente da Câmara Municipal de Braga
<ul style="list-style-type: none"> Activar o PMEPCB; Identificar e notificar as autoridades, entidades e organismos a intervir, de acordo com a tipologia de risco que determinou a activação do plano; Accionar o aviso às populações em risco; Proceder à mobilização de recursos do sector público e privados necessários para controlar rapidamente a situação. 	Comissão Municipal de Protecção Civil
<ul style="list-style-type: none"> Promover e coordenar a actuação dos meios de socorro. 	Comandante Operacional Municipal
<ul style="list-style-type: none"> Proceder à delimitação das zonas de apoio, concentração e reserva e de recepção de reforços; Evacuar as populações que se encontram em zonas de risco (após indicação do COS e aprovação do director do plano); Assegurar a manutenção da lei e da ordem; Executar funções específicas para resolução da situação. 	Agentes de Protecção Civil

Para além da adopção das medidas de âmbito geral, existem algumas medidas específicas, consoante a tipologia de risco que motivou a activação do plano, que devem ser consideradas:

Quadro 4 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (movimentos de vertente)

MOVIMENTOS DE VERTENTE	
Acções	Intervenientes
Verificar a existência de vítimas, mortos e extensão dos danos	COS
Evacuar de pessoas em perigo	Corpos de bombeiros; Forças de Segurança; Polícia Municipal; CVP – Delegação de Braga
Efectuar a busca e salvamento de vítimas	Corpos de bombeiros; GIPS; Forças Armadas
Estabelecer e garantir perímetro de segurança	COS; Forças de Segurança
Controlar o trânsito de modo a assegurar que os corredores de emergência se encontram desobstruídos	Forças de Segurança; Polícia Municipal
Efectuar os cortes de água, gás e electricidade da zona afectada	Técnicos com competência/credenciados para proceder ao corte da água (AGERE - EM), gás (EDP Gás Distribuição e Citygás) e electricidade (EDP Distribuição e REN)



MOVIMENTOS DE VERTENTE	
Acções	Intervenientes
Prestar cuidados médicos e efectuar o transporte das vítimas para a unidade de saúde	INEM; Corpos de bombeiros; CVP – Delegação de Braga
Transmitir informações à população	Director do plano; SMPC

Quadro 5 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (cheias e inundações)

CHEIAS E INUNDAÇÕES	
Acções	Intervenientes
Verificar a existência de vítimas, mortos e extensão dos danos	COS
Evacuar pessoas em perigo	Corpos de bombeiros; Forças de Segurança; Polícia Municipal; CVP – Delegação de Braga
Efectuar a busca e salvamento de vítimas	Corpos de bombeiros; Forças Armadas
Estabelecer e garantir perímetro de segurança	COS; Forças de Segurança
Controlar o trânsito de modo a assegurar que os corredores de emergência se encontram desobstruídos	Forças de Segurança
Cortes de electricidade da zona afectada	Técnicos com competência/credenciados para proceder ao corte da electricidade (EDP Distribuição e REN)
Prestar cuidados médicos e efectuar o transporte das vítimas para a unidade de saúde	INEM; Corpos de bombeiros; CVP – Delegação de Braga
Transmitir informações à população	Director do plano; SMPC

Quadro 6 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (sismos)

SISMOS	
Acções	Intervenientes
Verificar a existência de vítimas, mortos e extensão dos danos	COS
Evacuar pessoas em perigo	Corpos de bombeiros; Forças de Segurança; Polícia Municipal; GIPS; CVP – Delegação de Braga
Efectuar a busca e salvamento de vítimas	Corpos de bombeiros; GIPS; Forças Armadas
Estabelecer e garantir perímetro de segurança	COS; Forças de Segurança; Polícia Municipal
Efectuar a estabilização de emergência de estruturas	Corpos de bombeiros; GIPS; Técnicos com competência/credenciados para proceder à estabilização de emergência das estruturas; Serviços técnicos municipais
Controlar o trânsito de modo a assegurar que os	Forças de Segurança



SISMOS	
Acções	Intervenientes
corredores de emergência se encontram desobstruídos	
Executar os cortes de electricidade, água e gás da zona afectada	Técnicos com competência/credenciados para proceder ao corte da água (AGERE - EM), gás (EDP Gás Distribuição e Citygás) e electricidade (EDP Distribuição e REN)
Prestar cuidados médicos e efectuar o transporte para a unidade de saúde das vítimas	INEM; Corpos de bombeiros; CVP – Delegação de Braga
Instalar postos de triagem	INEM; CVP – Delegação de Braga
Efectuar a avaliação das estruturas afectadas	Técnicos com competência/credenciados para proceder à avaliação das estruturas; Serviços técnicos municipais
Transmitir informações à população	Director do plano; SMPC

Quadro 7 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (ondas de calor e secas)

ONDAS DE CALOR E SECAS	
Acções	Intervenientes
Identificar, localizar e monitorizar as áreas de intervenção mais vulneráveis (pessoas isoladas, residentes em lares de idosos, frequentadores de centros de dia e infantários)	SMPC; Hospital de Braga; ACES Cávado I - Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal ¹
Identificar abrigos climatizados	SMPC
Reforçar os meios humanos e técnicos	Hospital de Braga; ACES Cávado I - Braga
Transportar as pessoas mais vulneráveis para os abrigos climatizados	Corpos de bombeiros; CVP – Delegação de Braga; Câmara Municipal de Braga; Operadoras de transportes colectivos; Forças de Segurança; Polícia Municipal
Vigiar a qualidade da água para consumo humano	Autoridade de Saúde de Nível Municipal; AGERE - EM
Efectuar os cortes de electricidade, água e gás da zona afectada	Técnicos com competência/credenciados para proceder ao corte da água (AGERE - EM), gás (EDP Gás Distribuição e Citygás) e electricidade (EDP Distribuição e REN)
Transmitir informações à população	Director do plano; SMPC; Autoridade de Saúde de Nível Municipal; Hospital de Braga; ACES Cávado I - Braga
Prestar cuidados médicos e efectuar o transporte de vítimas para as unidades de saúde	INEM; Corpos de bombeiros; CVP – Delegação de Braga

¹ Segundo o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de Abril, a autoridade de saúde de nível municipal também pode ser designada por delegado de saúde.



Quadro 8 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (vagas de frio, geadas e nevões)

VAGAS DE FRIO, GEADAS E NEVÕES	
Acções	Intervenientes
Monitorizar as áreas de intervenção mais vulneráveis (pessoas isoladas, residentes em lares de idosos, frequentadores de centros de dia e infantários)	Hospital de Braga; ACES Cávado I - Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal
Identificar abrigos climatizados	SMPC
Distribuir agasalhos à população mais necessitada	Câmara Municipal de Braga; IPSS's; CVP – Delegação de Braga
Transportar as pessoas mais vulneráveis para os abrigos climatizados	Corpos de bombeiros; CVP – Delegação de Braga; Câmara Municipal de Braga; Operadoras de transportes colectivos; Forças de Segurança
Identificar pontos críticos de formação de gelo na estrada	Forças de Segurança; Estradas de Portugal
Assegurar as necessidades básicas da população que se encontre isolada devido à queda de neve	COS; SMPC
Transmitir informações à população	Director do plano; SMPC; Autoridade de Saúde de Nível Municipal; Hospital de Braga; ACES Cávado I - Braga
Prestar cuidados médicos e efectuar o transporte de vítimas para as unidades de saúde	INEM; Corpos de bombeiros; CVP – Delegação de Braga

Quadro 9 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (incêndios urbanos e industriais)

INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS	
Acções	Intervenientes
Verificar a existência de vítimas, mortos e extensão dos danos	COS
Efectuar a primeira intervenção – combate ao incêndio	Corpos de bombeiros
Proceder à busca e salvamento de vítimas	Corpos de bombeiros; Forças Armadas
Estabelecer e garantir perímetro de segurança	COS; Forças de Segurança
Evacuar as populações em risco	Corpos de bombeiros; Forças de Segurança; Polícia Municipal; CVP – Delegação de Braga
Efectuar os cortes de electricidade e gás da zona afectada	Técnicos com competência/credenciados para proceder ao corte de gás (EDP Gás Distribuição e Citygás) e electricidade (EDP Distribuição e REN)
Impedir a propagação do incêndio às zonas adjacentes	Corpos de bombeiros
Instalar postos de triagem	INEM; CVP – Delegação de Braga
Avaliar as estruturas afectadas	Técnicos com competência/credenciados para avaliar as infra-estruturas; Serviços técnicos



INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS	
Acções	Intervenientes
	municipais
Transmitir informações à população	Director do plano; SMPC
Garantir as condições de segurança da zona afectada	COS
Executar acções de rescaldo e vigilância	Corpos de bombeiros

Quadro 10 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (acidentes rodoviários)

ACIDENTES RODOVIÁRIOS	
Acções	Intervenientes
Verificar o tipo de acidente e a sua extensão	COS
Estabelecer perímetro de segurança	Forças de Segurança
Formular um plano de acção	COS
Requerer os meios materiais e humanos necessários	COS
Assegurar o socorro e salvamento das vítimas	Corpos de bombeiros; INEM; Hospital de Braga; ACES Cávado I - Braga
Condicionar a circulação (abertura de corredores de emergência)	Forças de segurança
Solicitar, se necessário, transporte aéreo dos feridos	COS
Fazer a triagem dos feridos e encaminhá-los para os locais mais adequados	Corpos de bombeiros; INEM; CVP – Delegação de Braga
Divulgar informações à população	Câmara Municipal de Braga

Quadro 11 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (acidentes ferroviários)

ACIDENTES FERROVIÁRIOS	
Acções	Intervenientes
Proceder à reparação/substituição de estruturas que tenham ficado danificadas	Comboios de Portugal (CP); Rede Ferroviária Nacional (REFER)
Adoptar medidas preventivas	Comboios de Portugal (CP); Rede Ferroviária Nacional (REFER)



Quadro 12 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (acidentes no transporte de matérias perigosas)

ACIDENTES NO TRANSPORTE DE MATÉRIAS PERIGOSAS	
Acções	Intervenientes
Identificar a substância perigosa	COS
Verificar a existência de vítimas, mortos e extensão dos danos	COS
Estabelecer e garantir perímetro de segurança	COS; Forças de Segurança
Manter as equipas de intervenção a favor do vento	COS
Assegurar que existem condições de segurança para socorrer as vítimas	COS
Socorrer as vítimas	INEM; Corpos de bombeiros; Forças Armadas
Impedir que a substância perigosa flua para esgotos ou condutas de água	Corpos de bombeiros
Executar medidas para a resolução do acidente	Corpos de bombeiros
Transmitir informações à população	Director do plano; SMPC
Prestar cuidados médicos e efectuar o transporte de vítimas para a unidade de saúde	INEM; Corpos de bombeiros; CVP – Delegação de Braga
Controlar o trânsito de modo a assegurar que os corredores de emergência se encontram desobstruídos	Forças de Segurança
Efectuar a remoção da substância perigosa e trasfega da que se encontrar na cisterna	Empresa responsável pelo transporte

Quadro 13 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (acidentes em estabelecimentos industriais perigosos)

ACIDENTES EM ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS	
Acções	Intervenientes
Identificar as substâncias perigosas	COS
Verificar a existência de vítimas, mortos e extensão dos danos	COS
Estabelecer perímetro de segurança	COS; Forças de Segurança
Manter as equipas de intervenção a favor do vento	COS
Assegurar que existem condições de segurança para efectuar a primeira intervenção	COS
Socorrer as vítimas	INEM; Corpos de bombeiros; Forças Armadas
Executar medidas para a resolução do acidente	Corpos de bombeiros
Transmitir informações à população	Director do plano; SMPC
Prestar cuidados médicos e efectuar o transporte de vítimas para a	INEM; Corpos de bombeiros; CVP –



ACIDENTES EM ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS	
Acções	Intervenientes
unidade de saúde	Delegação de Braga
Controlar o trânsito de modo a assegurar que os corredores de emergência se encontram desobstruídos	Forças de Segurança
Efectuar a remoção da substância perigosa	Empresa responsável

Quadro 14 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (colapso de estruturas)

COLAPSO DE ESTRUTURAS	
Acções	Intervenientes
Verificar a existência de vítimas, mortos e extensão dos danos	COS
Estabelecer perímetro de segurança	COS; Forças de Segurança; Polícia Municipal
Evacuar as pessoas em perigo	Corpos de bombeiros; Forças de Segurança; Polícia Municipal; GIPS; CVP – Delegação de Braga; Forças Armadas
Assegurar que existem condições de segurança para efectuar a primeira intervenção	COS
Efectuar a busca e o salvamento de vítimas	Corpos de bombeiros; GIPS
Transmitir informações à população	Director do plano; SMPC
Prestar cuidados médicos e efectuar o transporte de vítimas para a unidade de saúde	INEM; Corpos de bombeiros; CVP – Delegação de Braga
Controlar o trânsito de modo a assegurar que os corredores de emergência se encontram desobstruídos	Forças de Segurança

Quadro 15 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (ruína de edifícios)

RUÍNA (EDIFÍCIOS DEGRADADOS)	
Acções	Intervenientes
Verificar a existência de vítimas, mortos e extensão dos danos	COS
Evacuar as pessoas em perigo	Corpos de bombeiros; Forças de Segurança; GIPS; CVP – Delegação de Braga; Forças Armadas
Efectuar a busca e o salvamento de vítimas	Corpos de bombeiros; Forças Armadas
Estabelecer e garantir perímetro de segurança	COS; Forças de Segurança
Proceder à estabilização de emergência de estruturas	Corpos de bombeiros; Técnicos com competência/credenciados para proceder à estabilização das infra-estruturas; Serviços técnicos municipais



RUÍNA (EDIFÍCIOS DEGRADADOS)	
Acções	Intervenientes
Controlar o trânsito de modo a assegurar que os corredores de emergência se encontram desobstruídos	Forças de Segurança
Efectuar cortes de electricidade, água e gás da zona afectada	Técnicos com competência/credenciados para proceder ao corte da água (AGERE - EM), gás (EDP Gás Distribuição e Citygás) e electricidade (EDP Distribuição e REN)
Prestar cuidados médicos e efectuar o transporte para a unidade de saúde das vítimas	INEM; Corpos de bombeiros; CVP – Delegação de Braga
Efectuar a avaliação das estruturas afectadas	Técnicos com competência/credenciados para avaliar as infra-estruturas; Serviços técnicos municipais
Transmitir informações à população	Director do plano; SMPC
Garantir as condições de segurança da zona afectada	COS

Quadro 16 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (incêndios florestais)

INCÊNDIOS FLORESTAIS	
Acções	Intervenientes
Verificar a existência de vítimas, mortos e extensão dos danos	COS
Efectuar a primeira intervenção – combate ao incêndio	Corpos de bombeiros; GIPS
Abastecer de água os meios empenhados no combate ao incêndio	Corpos de bombeiros
Estabelecer perímetro de segurança	COS; Forças de Segurança
Evacuar as populações em risco	Corpos de bombeiros; Forças de Segurança; GIPS; CVP – Delegação de Braga; Forças Armadas
Controlar o trânsito de modo a assegurar que os corredores de emergência se encontram desobstruídos	Forças de Segurança
Garantir a protecção das vidas, propriedades e infra-estruturas vitais	COS
Transmitir informações à população	Director do plano; SMPC
Garantir as condições de segurança da zona afectada	COS
Efectuar acções de rescaldo e vigilância	Corpos de bombeiros; GIPS



Quadro 17 – Acções imediatas a adoptar e autoridades a notificar na iminência de uma ocorrência (contaminação de aquíferos)

CONTAMINAÇÃO DE AQUÍFEROS	
Acções	Intervenientes
Restabelecer o uso da água para as populações	AGERE – EM; Forças Armadas
Monitorizar a qualidade da água	Agência Portuguesa do Ambiente; AGERE - EM; Instituto Nacional da Água
Adoptar medidas preventivas	Câmara Municipal de Braga; SMPC
Repor a fauna e flora afectadas	Instituto de Conservação da Natureza

2.2 FASE DE REABILITAÇÃO

Nesta fase, são adoptadas as medidas necessárias à urgente normalização da vida das populações atingidas, procedendo ao restabelecimento, o mais rápido possível, dos serviços públicos e privados essenciais, fundamentalmente o abastecimento de água e energia. As entidades intervenientes no plano, consoante a tipologia de risco que esteve na origem da activação do plano, devem considerar as seguintes medidas:

Quadro 18 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (movimentos de vertente)

MOVIMENTOS DE VERTENTE	
Acções	Intervenientes
Efectuar a remoção de destroços	Câmara Municipal de Braga
Proceder à estabilização de vertentes	Câmara Municipal de Braga e técnicos com competência/credenciados para definirem estratégias de estabilização das vertentes e para realizarem as acções necessárias à sua concretização
Restabelecer o fornecimento de serviços (água, luz e gás)	Técnicos com competência/credenciados para proceder ao corte da água (AGERE - EM), gás (EDP Gás Distribuição e Citygás) e electricidade (EDP Distribuição e REN)
Proceder ao realojamento de desalojados e garantir as necessidades básicas da população afectada	Câmara Municipal de Braga; Serviço Local de Segurança Social de Braga



Quadro 19 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (cheias e inundações)

CHEIAS E INUNDAÇÕES	
Acções	Intervenientes
Efectuar o bombeamento de água dos locais afectados	Corpos de bombeiros
Proceder à limpeza da zona afectada	Câmara Municipal de Braga; Corpos de bombeiros
Inspeccionar a área afectada	Autoridade de Saúde de Nível Municipal
Efectuar recomendações de carácter sanitário	Autoridade de Saúde de Nível Municipal
Restabelecer o fornecimento de serviços (água, luz e gás)	Técnicos com competência/credenciados para proceder ao corte da água (AGERE - EM), gás (EDP Gás Distribuição e Citygás) e electricidade (EDP Distribuição e REN)
Garantir as necessidades básicas da população afectada	Câmara Municipal de Braga; Serviço Local de Segurança Social de Braga; IPSS's

Quadro 20 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (sismos)

SISMOS	
Acções	Intervenientes
Informar a população da possibilidade de ocorrerem réplicas	COS; Director do plano; SMPC
Efectuar a remoção de destroços	Câmara Municipal de Braga
Proceder à inspecção de estruturas	Técnico com competência/credenciados para inspeccionar as infra-estruturas; Serviços técnicos municipais; Forças Armadas
Assegurar a demolição de estruturas em risco	Câmara Municipal de Braga; outras entidades com competência/credenciados para proceder à demolição de estruturas
Garantir as necessidades básicas da população afectada	Câmara Municipal de Braga; Serviço Local de Segurança Social de Braga; IPSS's

Quadro 21 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (ondas de calor e secas)

ONDAS DE CALOR E SECAS	
Acções	Intervenientes
Monitorizar o estado de saúde dos grupos mais vulneráveis (pessoas isoladas, residentes em lares de idosos e frequentadores de centros de dia e infantários)	Hospital de Braga; ACES Cávado I - Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal
Vigiar a qualidade da água para consumo humano	AGERE - EM; Autoridade de Saúde de Nível Municipal



ONDAS DE CALOR E SECAS	
Acções	Intervenientes
Garantir as necessidades básicas da população afectada	Câmara Municipal de Braga

Quadro 22 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (vagas de frio, geadas e nevões)

VAGAS DE FRIO, GEADAS E NEVÕES	
Acções	Intervenientes
Monitorizar o estado de saúde dos grupos mais vulneráveis (pessoas isoladas, residentes em lares de idosos e frequentadores de centros de dia e infantários)	Hospital de Braga; ACES Cávado I - Braga; Autoridade de Saúde de Nível Municipal
Garantir as necessidades básicas da população afectada	Câmara Municipal de Braga

Quadro 23 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (incêndios urbanos e industriais)

INCÊNDIOS URBANOS E INDUSTRIAIS	
Acções	Intervenientes
Efectuar a remoção de destroços	Corpos de bombeiros; Câmara Municipal de Braga
Inspeccionar os edifícios	Técnicos responsáveis pela inspecção dos edifícios; Serviços técnicos municipais; SMPC; Forças Armadas
Assegurar a demolição dos edifícios em risco	Câmara Municipal de Braga; outras entidades com competência/credenciados para proceder à demolição de edifícios em risco
Garantir as necessidades básicas da população afectada	Câmara Municipal de Braga; Serviço Local de Segurança Social de Braga; IPSS's

Quadro 24 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (acidentes rodoviários)

ACIDENTES RODOVIÁRIOS	
Acções	Intervenientes
Remover os veículos acidentados	Empresas responsáveis pela remoção de veículos acidentados
Limpar o pavimento	Estradas de Portugal; Corpos de bombeiros
Proceder à reparação/substituição de estruturas que tenham ficado danificadas	Estradas de Portugal
Adoptar medidas preventivas	ANSR; Forças de Segurança; SMPC

**Quadro 25 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (acidentes ferroviários)**

ACIDENTES FERROVIÁRIOS	
Acções	Intervenientes
Proceder à reparação/substituição de estruturas que tenham ficado danificadas	Comboios de Portugal (CP); Rede Ferroviária Nacional (REFER)
Adoptar medidas preventivas	Comboios de Portugal (CP); Rede Ferroviária Nacional (REFER)

Quadro 26 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (transporte de matérias perigosas)

ACIDENTES NO TRANSPORTE DE MATÉRIAS PERIGOSAS	
Acções	Intervenientes
Proceder à limpeza da área afectada	Corpos de bombeiros; Empresa responsável pelo transporte
Inspeccionar a área afectada	Autoridade de Saúde de Nível Municipal
Restabelecer a circulação	Forças de Segurança; Polícia Municipal

Quadro 27 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (acidentes em estabelecimentos industriais perigosos)

ACIDENTES EM ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS	
Acções	Intervenientes
Assegurar a remoção de sobranes de substâncias perigosas	Corpos de bombeiros; GIPS; Empresa proprietária do estabelecimento industrial
Efectuar a remoção de destroços	Empresa proprietária do estabelecimento industrial
Efectuar uma inspecção ao edifício	Técnico com competência/credenciados para inspeccionar o edifício; Serviços técnicos municipais; Forças Armadas

Quadro 28 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (colapso de estruturas)

COLAPSO DE ESTRUTURAS	
Acções	Intervenientes
Remover os destroços	Câmara Municipal de Braga
Inspeccionar as estruturas	Técnico com competência/credenciados para inspeccionar as infra-estruturas; Serviços técnicos municipais; Forças Armadas
Estabilizar/demolir a estrutura	Câmara Municipal de Braga; outras entidades



COLAPSO DE ESTRUTURAS	
Acções	Intervenientes
Garantir as necessidades básicas da população afectada	Câmara Municipal de Braga; Serviço Local de Segurança Social de Braga; IPSS's; Outras entidades

Quadro 29 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (ruína de edifícios)

RUÍNA (EDIFÍCIOS DEGRADADOS)	
Acções	Intervenientes
Remover os destroços	Câmara Municipal de Braga
Inspeccionar as estruturas	Técnico com competência/credenciados para inspeccionar as infra-estruturas; Serviços técnicos municipais; Forças Armadas
Estabilizar/demolir a estrutura	Câmara Municipal de Braga; outras entidades
Garantir as necessidades básicas da população afectada	Câmara Municipal de Braga; Serviço Local de Segurança Social de Braga; IPSS's; Outras entidades

Quadro 30 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (incêndios florestais)

INCÊNDIOS FLORESTAIS	
Acções	Intervenientes
Assegurar a vigilância	Corpos de bombeiros; GIPS
Desenvolver acções de prevenção	Corpos de bombeiros; GIPS
Efectuar acções de combate perante reacendimentos	Corpos de bombeiros; GIPS
Garantir as necessidades básicas da população afectada	Câmara Municipal de Braga; Serviço Local de Segurança Social de Braga

Quadro 31 – Acções a concretizar e entidades a envolver após uma ocorrência (contaminação de aquíferos)

CONTAMINAÇÃO DE AQUÍFEROS	
Acções	Intervenientes
Restabelecer o uso da água para as populações	AGERE - EM
Monitorizar a qualidade da água	Agência Portuguesa do Ambiente; AGERE - EM; Instituto Nacional da Água
Adoptar medidas preventivas	Câmara Municipal de Braga
Repor a fauna e flora afectadas	Instituto de Conservação da Natureza



3

ARTICULAÇÃO E ACTUAÇÃO DE AGENTES E ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO

Os agentes de protecção civil existentes no município de Braga são os seguintes (de acordo com o artigo 46.º da Lei nº27/2006, de 3 de Julho):

- Corpos de bombeiros;
- Forças de Segurança;
- Forças Armadas;
- INEM e demais serviços de saúde.

A Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga exerce, em cooperação com os demais agentes e de harmonia com o seu estatuto próprio de intervenção, apoio, socorro e assistência sanitária e social.

Neste sentido, em conformidade com o disposto no artigo 46º da Lei de Bases da Protecção Civil (Lei n.º 27/2006 de 3 de Julho) os agentes de protecção civil existentes no município de Braga são:

Quadro 32 – Agentes de Protecção Civil

AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL	
Definidos da Lei de Bases da Protecção Civil	Existentes no município de Braga
Corpos de Bombeiros	<ul style="list-style-type: none"> – Corpo de Bombeiros Voluntários de Braga; – Bombeiros Sapadores de Braga.
Forças de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> – GNR – Comando Territorial de Braga; – GNR – Destacamento Territorial de Braga; – GNR – Posto Territorial de Braga; – GNR – Posto Territorial do Sameiro; – GNR – Posto Fiscal de Braga; – GNR – Destacamento de Intervenção de Braga; – GNR – Destacamento de Trânsito de Braga; – PSP – Comando Distrital de Braga; – PSP – Esquadra de Trânsito de Braga; – PSP – Esquadra de Investigação Criminal de Braga; – PSP – Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial; – PSP – 1.ª Esquadra de Braga; – PSP – 2.ª Esquadra de Braga.
Forças Armadas	<ul style="list-style-type: none"> – Regimento de Cavalaria n.º 6
Autoridades marítimas e aeronáuticas	<ul style="list-style-type: none"> – Não se aplica



AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL	
Definidos da Lei de Bases da Protecção Civil	Existentes no município de Braga
INEM e demais serviços de saúde	<ul style="list-style-type: none"> – INEM; – Hospital de Braga; – Agrupamento de Centros de Saúde Cávado I - Braga – Autoridade de Saúde de Nível Municipal.
Sapadores Florestais	– Não se aplica
Cruz Vermelha Portuguesa	– CVP – Delegação de Braga

Os organismos e entidades de apoio são todos os serviços e instituições, públicos e privados, com dever especial de cooperação com os agentes de protecção civil ou com competências específicas em domínios com interesse para a prevenção, atenuação e socorro às pessoas, bens e ambiente. Entre eles contam-se:

- Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários;
- Serviços de segurança privados;
- Instituto Nacional de Medicina Legal;
- Instituições de Segurança Social;
- Instituições e empresas com fins de socorro e de solidariedade;
- Organismos e empresas responsáveis pelas florestas, conservação da natureza, indústria, energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e ambiente.

Os organismos e entidades de apoio existentes no município de Braga encontram-se identificados no quadro seguinte:

Quadro 33 – Organismos e Entidades de Apoio

ENTIDADES E ORGANISMOS DE APOIO	
Definidos da Lei de Bases da Protecção Civil	Existentes no município de Braga
Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Braga;
Serviços de Segurança	Polícia Municipal
Instituto Nacional de Medicina Legal	Gabinete Médico-legal de Braga
Instituições de Segurança Social	Serviço Local de Segurança Social de Braga
Instituições com fins de socorro e de solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> – AADIM - Associação de Apoio à Deficiência e Incapacidade Motora; – ANIMA UNA - Associação de Apoio Social; – Associação de Idosos do Centro Histórico de Braga;



ENTIDADES E ORGANISMOS DE APOIO	
Definidos da Lei de Bases da Protecção Civil	Existentes no município de Braga
	<ul style="list-style-type: none"> – Associação para a Integração da Criança e do Adulto - "Mundo dos Amigos"; – Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra; – Associação de Pais Encarregados de Educação da Escola 1ºciclo Ensino Básico Carandá; – Asilo de S. José; – Associação de Reformados Pensionista Idosos do Vale d'Este; – Associação Particular de Solidariedade Social S. Martinho de Fradelos; – Associação Portuguesa Pais Amigos Cidadão Deficiência Mental – APPACDM; – Associação de Reformados e Idosos de Este (S. Pedro) e limítrofes; – Associação de Pais para Educação Crianças Deficientes Auditivas – APECDA; – Associação Reformados Pensionistas e Idosos do Distrito de Braga; – Associação Solidariedade Social e Cultural do Divino Salvador Figueiredo; – Associação Solidariedade Social de Este S. Mamede; – Associação Solidariedade Social de Padim da Graça; – Associação Solidariedade Social de S. Paio; – Associação Solidariedade Social de Santa Maria de Lamações; – Associação Solidariedade Social, Integração e Saúde do Norte; – Associação Solidariedade Social Jardim de Infância 31 de Janeiro; – Associação Solidariedade Social, Cultural e Recreativa S. Maria de Braga; – Associação de Surdos de Braga; – Associação Antigos Alunos Escola Industrial e Comercial de Braga; – Associação Cultural Universidade Minhotas Autodidacta 3ª Idade; – Associação Assistência de S Vicente de Paulo da Sé; – Associação Centro Social Cultural de Ferreiros; – Associação "Luz no Caminho"; – Associação Actividades Tempos Livres - A.A.T.L.; – Associação Amigos da 3.ª Idade de Palmeira; – Associação Apoio à Saúde Mental " O Salto"; – Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina; – Associação Casa da Irmã Lúcia - Vidente de Fátima; – Associação Comunitária de Apoio à Reabilitação de Braga; – Associação Cultural e Recreativa de Cabreiros; – Associação Cultural e Social de S. Pedro de Merelim - Clube Infância IPSS; – Associação da Creche de Braga; – Associação da Doença de Batten "ADOBA"; – Associação de Cegos Ambliopes de Portugal – ACAPO;



ENTIDADES E ORGANISMOS DE APOIO	
Definidos da Lei de Bases da Protecção Civil	Existentes no município de Braga
	<ul style="list-style-type: none"> – Associação de S. José; – Associação de Solidariedade de Gualtar; – Associação de Surdos Mudos do Distrito de Braga; – Associação Defesa do Idoso e Criança de Arentim; – Associação Envelhecer em Família; – Associação Famílias; – Associação Grupo Desportivo Penso St.º Estevão; – Associação Humanitária Habitat; – Associação Juvenil "A Bogalha"; – Associação Juvenil Jovens em Caminhada; – Associação Juvenil Olho Vivo; – Associação Maconde; – Associação Maximinos Solidário; – Associação de Moradores de Bouça das Valas, Bouças, Quintões, Loureira e Roçadas; – Associação Pais e Amigos da Freguesia de Cunha; – Associação para o Desenvolvimento Regional do Minho (ADER – Minho); – Associação para Promoção Cultural e Social de Deficientes Físicos – Auxilia; – Associação Paralisia Cerebral Braga – APCB; – Associação Particular de Solidariedade Social Divino Salvador de Tebosa; – Associação Portuguesa de Apoio à Vitima – APAV; – Associação Portuguesa de Deficientes; – Associação Projecto Omega – APO; – Associação S. Paulo; – Associação Social Cultural Recreativa Desportiva de Nogueiró; – Associação Social de Escudeiros; – Associação Solidariedade Social S. Tiago de Fraião; – Associação Tebosa Solidária; – Associação Vicentina da Paroquia de S. Vicente; – APAHE - Associação Portuguesa de Ataxias Hereditárias; – Cáritas Arquidiocesana de Braga; – Casa Acolhimento Bracara Augusta - Associação Solidariedade Social; – Casa do Bancário; – Casa do Povo de Adaúfe; – Casa do Povo de Lomar; – Casa do Povo de Mire de Tibães; – Casa do Povo de Palmeira;



ENTIDADES E ORGANISMOS DE APOIO	
Definidos da Lei de Bases da Protecção Civil	Existentes no município de Braga
	<ul style="list-style-type: none"> – Casa do Povo de Tadim; – Casa do Povo d'Este; – Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição; – Centro de Solidariedade da Sagrada Família; – Centro de Solidariedade Espírito Santo; – Centro de Solidariedade Social de Valdozende - Arca de Noé; – Centro Comunitário de S. Martinho de Dume; – Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar; – Centro Cultural e Social de Santo Adrião; – Centro de Solidariedade de Braga "Projecto Homem"; – Centro Paroquial Fraternidade Cristã e Solidariedade Social de S. José de S. Lázaro; – Centro Paroquial de Assistência de S. Vítor; – Centro Social da Paróquia de Ferreiros; – Centro Social Aldeia da Gente Pequena; – Centro Social de Santa Ana de Vimieiro; – Centro Social Padre David Oliveira Martins; – Centro Social Paróquia de Adaúfe; – Centro Social Paróquia de Celeirós; – Centro Social Paróquia de Esporões; – Centro Social Paróquia de Gualtar; – Centro Social Paróquia de Nogueira; – Centro Social Paróquia de Priscos; – Centro Social Paróquia de Santo Adrião; – Centro Social da Paróquia de S. Pedro de Lomar; – Centro Social Paroquial da Armada; – Centro Social Paroquial de Aveleda; – Centro Social Paroquial de Mire de Tibães; – Centro Social Paroquial de Penso S. Vicente; – Centro Social Paroquial de S. Pedro d'Este; – Centro Social Paroquial de Sobreposta; – Centro Social Paroquial de Trandeiras; – Centro Social Paroquial Stª Eulália de Crespos; – Centro Social Paroquial Stª Eulália de Tenões; – Colégio de S. Caetano; – Colégio Missionário S. José de Cluny; – COLORIR COOP - Cooperativa de Serviços e Solidariedade Social; – Congregação Servas Franciscanas N.ª Sr.ª das Graças;



ENTIDADES E ORGANISMOS DE APOIO	
Definidos da Lei de Bases da Protecção Civil	Existentes no município de Braga
	<ul style="list-style-type: none"> – Cooperativa de Educação do Indivíduo, Formação e Apoio – EDIFACOOOP; – Cruz Vermelha Portuguesa; – Fundação Domus Fraternitas; – Fundação Stela Oswaldo e Bonfim; – Fundação Vieira Gomes - Centro de Bem Estar Social; – HUMANITAS - Federação Portuguesa Deficiência Mental; – Instituição das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus; – Instituto Diocesano de Apoio ao Clero; – Instituto Juvenil de Maria Imaculada; – Instituto Monsenhor Airosa; – Instituto Reabilitação e Integração Social; – Irmandade de Santa Cruz; – Jardim de Infância Nogueiritos; – Jardim Escola João de Deus; – Lar Conde de Agrolongo; – Lar D. Pedro V; – Lar N.ª Sr.ª do Sameiro; – Obra Nossa Senhora das Candeias; – Oficinas de S. José; – Patronato Nossa Senhora da Luz; – Patronato Nossa Senhora da Torre; – Patronato S. Pedro de Maximinos; – Ranhada e Teixeira Limitada - Jardim Infantil Panda; – Rede Europeia Anti Pobreza - Núcleo Distrital de Braga; – Santa Casa da Misericórdia de Braga; – Sempre a Crescer – Cooperativa de Solidariedade, CRL; – Ser e Saber - Associação de Solidariedade Social; – "Sorriso Acolhedor" - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL; – União Distrital das IPSS de Braga.
Organismos responsáveis pelas florestas	Autoridade Florestal Nacional (AFN)
Organismos responsáveis pela conservação da natureza	Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)
Organismos responsáveis pela energia	<ul style="list-style-type: none"> – EDP Distribuição; – EDP Gás; – Citygás.
Organismos responsáveis pelos	<ul style="list-style-type: none"> – EP - Estradas de Portugal;



ENTIDADES E ORGANISMOS DE APOIO	
Definidos da Lei de Bases da Protecção Civil	Existentes no município de Braga
transportes	<ul style="list-style-type: none"> – BRISA; – ASCENDI; – CP – Comboios de Portugal; – CP – Carga; – REFER; – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária; – Empresas de transporte colectivo de Braga.
Organismos responsáveis pelas comunicações	Portugal Telecom (PT); Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM); Operadores de Telecomunicações; Radioamadores; Órgãos de Comunicação Social.
Organismos responsáveis pelos recursos hídricos	AGERE – Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga – EM; Instituto da Água;
Organismos responsáveis pelo ambiente	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
Serviços de segurança e socorro privativos das empresas públicas e privadas, dos portos e aeroportos	Não se aplica
Outras entidades	<ul style="list-style-type: none"> – Instituto de Meteorologia (IM); – Santa Casa da Misericórdia de Braga; – CNE – Núcleo de Braga; – Agrupamento de Escolas de Palmeira; – Agrupamento de Escolas de Nogueira; – Agrupamento de Escolas de Lamações; – Agrupamento de Escolas de Celeirós; – Agrupamento de Escolas Braga Oeste; – Agrupamento de Escolas André Soares; – Agrupamento de Escolas de Real; – Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches; – Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado; – Agrupamento de Escolas Nascente do Este; – Agrupamento de Escolas Oeste da Colina; – Agrupamento de Escolas Trigal Santa Maria; – Escola Alberto Sampaio; – Escola Carlos Amarante; – Escola de D.ª Maria II;



ENTIDADES E ORGANISMOS DE APOIO	
Definidos da Lei de Bases da Protecção Civil	Existentes no município de Braga
	<ul style="list-style-type: none"> – Escola de Maximinos; – Escola de Sá de Miranda; – Escola de D. Luís de Castro; – Conservatório de Música Calouste Gulbenkian; – Restaurantes locais; – Postos de combustível locais; – Empresas de segurança privadas;

3.1 MISSÃO DOS AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL

Para que exista uma correcta articulação entre os diversos agentes de protecção civil intervenientes nas operações de socorro importa estabelecer as principais missões a desempenhar por cada uma das entidades. Os agentes de protecção civil executam acções na fase de emergência e na fase de reabilitação. No quadro seguinte encontram-se estabelecidas as principais acções que cada entidade deve executar:

Quadro 34 – Missões dos Corpos de Bombeiros (fases de emergência e reabilitação)

CORPOS DE BOMBEIROS	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Prevenir e combater incêndios; – Assegurar o salvamento de vítimas na zona sinistrada; – Assegurar as acções de mitigação nas zonas sinistradas; – Socorrer as populações em caso de incêndio, inundações, desabamentos, acidentes, naufrágios e buscas subaquáticas; – Participar na urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica; – Socorrer e transportar acidentados e doentes; – Socorrer e evacuar as populações em áreas de risco; – Efectuar abastecimento de água. 	<ul style="list-style-type: none"> – Efectuar acções de rescaldo na zona sinistrada; – Apoiar o regresso das populações; – Realizar medidas preventivas a fim de evitar o retorno da situação de crise; – Participar na reabilitação de infra-estruturas; – Colaboração na remoção de cadáveres; – Colaborar na distribuição de água potável; – Disponibilizar apoio logístico; – Colaborar nas acções de sensibilização pública; – Desobstruir e limpar as vias de comunicação.

**Quadro 35 – Missões das Forças de Segurança (fases de emergência e reabilitação)**

FORÇAS DE SEGURANÇA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Efectuar operações de busca, salvamento e resgate; – Controlar o acesso à zona sinistrada; – Garantir a protecção de pessoas e bens; – Manter a ordem e a segurança na zona do sinistro; – Manter as condições de segurança dos restantes agentes de protecção civil; – Assegurar o controlo de tráfego; – Proceder à abertura de corredores de emergência/evacuação; – Evacuar as populações em áreas de risco; – Prever e coordenar um serviço de estafetas de apoio à emergência; – Prevenir, detectar e investigar actividades criminosas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Manter o controlo do tráfego rodoviário e restrições à circulação; – Proceder à abertura de corredores para o regresso das populações; – Tomar medidas que visem o regresso à normalidade da população afectada; – Proceder ao levantamento de desaparecidos, mantendo um registo actualizado; – Receber e guardar os espólios das vítimas; – Proceder à vigilância após incêndios; – Colaborar nas acções de informação e sensibilização pública; – Detectar, investigar e prevenir actividades criminosas.

Quadro 36 – Missões das Forças Armadas (fases de emergência e reabilitação)

FORÇAS ARMADAS	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Auxiliar na localização e resgate de vítimas; – Prestar apoio logístico às forças de protecção e socorro; – Disponibilizar infra-estruturas e meios de engenharia; – Prestar apoio sanitário; – Instalar abrigos em campos de deslocados e organizar o suporte logístico necessário; – Apoiar no abastecimento de água às populações; – Reforçar ou reactivar as redes de comunicações. 	<ul style="list-style-type: none"> – Tomar medidas que visem o regresso à normalidade da população afectada; – Prestar apoio logístico às forças de protecção e socorro; – Reabilitar infra-estruturas danificadas; – Instalar abrigos em campos de deslocados e organizar o suporte logístico necessário; – Apoiar no reabastecimento de água às populações; – Reforçar ou reactivar as redes de comunicações; – Colaborar nas acções de informação e sensibilização pública; – Monitorizar as actividades.

Relativamente às Forças Armadas, importa salientar que a sua mobilização ocorre nos termos dos artigos 53.º e 54.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, com a redacção dada pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de Novembro. Neste sentido, em caso de manifesta urgência, ou seja, quando a gravidade e dimensão do acidente grave ou catástrofe e a necessidade de actuação imediata não forem compatíveis com o normal encaminhamento do pedido através da cadeia de comando prevista nos nºs 1 e 2 artigo 53.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, os comandantes operacionais distritais e os presidentes das câmaras municipais podem solicitar a colaboração das Forças Armadas directamente aos comandantes das unidades



implantadas na respectiva área, cabendo aos comandantes operacionais distritais ou municipais informar o comandante operacional nacional.

Quadro 37 – Missões do INEM (fases de emergência e reabilitação)

INEM	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Coordenar todas as actividades de saúde em ambiente pré-hospitalar; – Efectuar a referenciação e o transporte de emergência; – Coordenar os agentes de saúde; – Realizar a triagem, evacuações primárias e secundárias; – Montar postos médicos avançados; – Prestar apoio psicológico às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional. 	<ul style="list-style-type: none"> – Apoiar o regresso das populações; – Coordenar os postos médicos avançados e hospitais de campanha; – Prestar cuidados médicos às vítimas; – Disponibilizar apoio logístico; – Garantir o apoio psicológico a prestar às vítimas.

Quadro 38 – Missões do Hospital de Braga e ACES Cávado I- Braga (fases de emergência e reabilitação)

HOSPITAL DE BRAGA E ACES CÁVADO I- BRAGA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Reforçar a capacidade de prestação de serviços de urgência; – Ceder ou partilhar equipamentos e instalações. 	<ul style="list-style-type: none"> – Prestar cuidados médicos às vítimas.

Quadro 39 – Missões da Autoridade de Saúde de Nível Municipal (fases de emergência e reabilitação)

AUTORIDADE DE SAÚDE DE NÍVEL MUNICIPAL DE BRAGA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Avaliar o estado de saúde da população; – Avaliar e gerir riscos para a saúde decorrentes de factores ambientais; – Coordenar e mobilizar os centros de saúde e hospitais, bem como outras unidades prestadoras de serviços de saúde, de acordo com as necessidades; – Informar e coordenar com os Serviços Centrais do Ministério da Saúde, com os Órgãos do Serviço Nacional de Saúde e os vários níveis de Autoridade de Saúde; – Estabelecer locais de depósito de vítimas mortais; – Estabelecer locais de sepultamento de 	<ul style="list-style-type: none"> – Avaliar o estado de saúde da população; – Avaliar e gerir os riscos para a saúde decorrentes de factores ambientais; – Efectuar inspecções à área afectada; – Providenciar acções de vacinação; – Fazer recomendações de carácter sanitário; – Assegurar a vigilância epidemiológica.



AUTORIDADE DE SAÚDE DE NÍVEL MUNICIPAL DE BRAGA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
emergência; – Controlar as doenças transmissíveis.	

Quadro 40 – Missões da CVP – Delegação de Braga (fases de emergência e reabilitação)

CVP - DELEGAÇÃO DE BRAGA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Colaborar no apoio, busca e salvamento, socorro, assistência sanitária e social; – Colaborar na evacuação das populações; – Transportar desalojados e ilesos; – Instalar alojamentos temporários; – Participar no levantamento de feridos e cadáveres; – Prestar apoio psicossocial; – Distribuir roupas e alimentos às populações evacuadas; – Colaborar na montagem de postos de triagem. 	<ul style="list-style-type: none"> – Apoiar o regresso das populações; – Colaborar nas acções de informação e sensibilização pública; – Prestar apoio psicossocial; – Distribuir roupas e alimentos às populações evacuadas; – Instalar alojamentos temporários.

3.2 MISSÃO DOS ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO

Os organismos e entidades de apoio existentes no município de Braga, têm as seguintes missões específicas:

Quadro 41 – Missões da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Braga (fases de emergência e reabilitação)

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BRAGA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizam as instalações para diversos fins; – Se possuir cozinha e refeitório participa no fornecimento de alimentação; – Mobiliza, reúne e organiza voluntários. 	<ul style="list-style-type: none"> – Recolha de dádivas; – Articula esforços com Associações Humanitárias da Região.



Quadro 42 – Missões da Polícia Municipal (fases de emergência e reabilitação)

POLÍCIA MUNICIPAL	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Controlar o acesso à zona sinistrada (rodoviário e pedonal); – Garantir a protecção de pessoas e bens; – Efectuar acções de vigilância; – Controlar o tráfego; – Proceder à abertura de corredores de emergência/evacuação; – Colaborar, em caso de necessidade, no serviço de estafetas de apoio à emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> – Manter o controlo do tráfego rodoviário e restrições à circulação; – Proceder à abertura de corredores para o regresso das populações; – Adoptar medidas que visem o regresso à normalidade da população afectada; – Proceder ao levantamento de desaparecidos, mantendo um registo actualizado; – Colaborar nas acções de informação e sensibilização pública.

Quadro 43 – Missões do Gabinete Médico-legal de Braga (fases de emergência e reabilitação)

GABINETE MÉDICO-LEGAL DE BRAGA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Prestar colaboração e assistência especializada; – Garantir toda a colaboração, no âmbito da sua especialidade, accionando o seu sistema de alerta na eventualidade de ser necessária a sua intervenção. 	<ul style="list-style-type: none"> – Prestar colaboração e assistência especializada; – Garantir toda a colaboração, no âmbito da sua especialidade, accionando o seu sistema de alerta; – Assegurar a gestão dos locais de reunião de mortos.

Quadro 44 – Missões do Serviço Local de Segurança Social de Braga (fases de emergência e reabilitação)

SERVIÇO LOCAL DE SEGURANÇA SOCIAL	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Apoiar economicamente as vítimas, para satisfação de necessidades básicas (alojamento, alimentação, vestuário); – Participar no apoio logístico, gestão de instalações e de campos de desalojados; – Assegurar o realojamento da população afectada; – Efectivar uma cooperação multidisciplinar com equipas de psicólogos; – Prestar assistência às populações no âmbito das suas competências. 	<ul style="list-style-type: none"> – Apoiar economicamente as vítimas, para satisfação de necessidades básicas (alojamento, alimentação, vestuário); – Participar no apoio logístico, gestão de instalações e de campos de desalojados; – Assegurar o realojamento da população afectada; – Efectivar uma cooperação multidisciplinar com equipas de psicólogos; – Prestar assistência às populações no âmbito das suas competências.



Quadro 45 – Missões das IPSS's existentes no município de Braga (fases de emergência e reabilitação)

IPSS'S EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE BRAGA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar instalações para diversos fins; – Colaborar no fornecimento de alimentação; – Prestar assistência sanitária e social. 	<ul style="list-style-type: none"> – Apoiar as acções de gestão de abrigos, de bem-estar das populações, de gestão de campos de desalojados; – Colaborar na distribuição de bens, alimentação e agasalhos; – Realizar acções para recolha de dádivas.

Quadro 46 – Missões da Autoridade Florestal Nacional (fases de emergência e reabilitação)

AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Prestar apoio nas operações de combate a incêndios; – Fornecer informação de carácter técnico e científico; – Proceder à abertura e desobstrução de caminhos; – Participar na recolha de informação para planeamento do perímetro florestal, indicando sempre que considere adequados, os locais de defesa prioritária do património florestal; – Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências; 	<ul style="list-style-type: none"> – Fornecer informação de carácter técnico e científico; – Prestar apoio através de técnicos e meios próprios em acções de rescaldo a fogos florestais; – Colaborar em acções de defesa ambiental.

Quadro 47 – Missões do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (fases de emergência e reabilitação)

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Fornecer informação de carácter técnico e científico; – Colaborar em acções de socorro e resgate; – Apoiar com pessoal e meios próprios as acções de vigilância, primeira intervenção e apoio ao combate a incêndios. 	<ul style="list-style-type: none"> – Fornecer informação de carácter técnico e científico; – Desencadear acções de reposição da normalidade nas áreas afectadas; – Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências.



Quadro 48 – Missões da EDP Distribuição (fases de emergência e reabilitação)

EDP DISTRIBUIÇÃO	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar o reforço de recursos materiais e técnicos; – Suspender o fornecimento de electricidade, de modo a evitar possíveis explosões; – Disponibilizar geradores para apoio em situações de falha de energia eléctrica; – Garantir prioridades de acesso, em situação de acidente grave ou catástrofe, aos locais correspondentes aos serviços essenciais e entidades consideradas essenciais à condução das operações. 	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar o reforço de recursos materiais e técnicos; – Manter disponíveis os equipamentos para apoio em situações de falha dos serviços.

Quadro 49 – Missões da EDP Gás Distribuição e da Citygás (fases de emergência e reabilitação)

EDP GÁS DISTRIBUIÇÃO E CITYGÁS	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar o reforço de recursos materiais e técnicos; – Suspender o fornecimento de gás, de modo a evitar possíveis explosões; – Garantir prioridades de acesso, em situação de acidente grave ou catástrofe, aos locais correspondentes aos serviços essenciais e entidades consideradas essenciais à condução das operações. 	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar o reforço de recursos materiais e técnicos; – Manter disponíveis os equipamentos para apoio em situações de falha dos serviços.

Quadro 50 – Missões da EP – Estradas de Portugal (fases de emergência e reabilitação)

EP – ESTRADAS DE PORTUGAL	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar a conservação e a exploração da rede rodoviária nacional que atravessa o município, com principal ênfase para a área afectada; – Contribuir para a articulação entre a rede rodoviária e outros modos de transporte; – Manter actualizado o registo e o diagnóstico do estado de conservação do património rodoviário nacional – Promover a melhoria das condições de circulação e assegurar a protecção das infra-estruturas rodoviárias e a sua funcionalidade; – Garantir a habilitação da GNR com a informação técnica necessária para cortes ou aberturas de estradas; – Assegurar a disponibilidade de dirigentes operacionais, com responsabilidade nas infra-estruturas afectadas, para integrar equipas técnicas de avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar meios humanos e materiais para restabelecer o normal funcionamento dos serviços; – Manter disponíveis os equipamentos para apoio em situações de falha dos serviços.

**Quadro 51 – Missões da BRISA e ASCENDI (fases de emergência e reabilitação)**

BRISA E ASCENDI	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar meios humanos e materiais para a intervenção nas áreas concessionadas; – Manter o controlo do tráfego rodoviário e restrições de circulação nas áreas concessionadas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar meios humanos e materiais para a intervenção nas áreas concessionadas; – Repor o normal controlo do tráfego rodoviário sinalizando convenientemente todos os condicionalismos à circulação nas áreas concessionadas.

Quadro 52 – Missões da CP – Comboios de Portugal (fases de emergência e reabilitação)

CP – COMBOIOS DE PORTUGAL	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar os meios ferroviários possíveis para a constituição de comboios, tendo em vista a evacuação de pessoas e o transporte de mercadorias; – Assegurar a disponibilidade de dirigentes e técnicos operacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar meios e equipamentos para assegurar o transporte da população e o abastecimento logístico.

Quadro 53 – Missões da CP - Carga (fases de emergência e reabilitação)

CP - CARGA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar meios e equipamentos para assegurar o transporte ferroviário de mercadorias de grandes volumes; – Assegurar a disponibilidade de dirigentes e técnicos operacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar meios e equipamentos para assegurar o transporte ferroviário de mercadorias de grandes volumes.

Quadro 54 – Missões da REFER (fases de emergência e reabilitação)

REFER	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<p>Gerir a circulação dos comboios de modo a prestar apoio logístico;</p> <p>Disponibilizar a informação constante nos diversos planos de emergência das linhas, para a evacuação de sinistrados e prestação de socorro</p> <p>Gerir a capacidade operacional da infra-estrutura;</p> <p>Elaborar a regulamentação para a circulação dos comboios;</p> <p>Proceder ao corte da circulação de comboios nas zonas afectadas.</p>	<p>Gerir da circulação dos comboios dos operadores em tempo real, com elevados padrões de segurança, eficiência e qualidade;</p> <p>Repor o normal controlo do tráfego ferroviário sinalizando convenientemente todos os condicionalismos de circulação nas vias afectadas.</p> <p>Assegurar a gestão da capacidade operacional de toda a infra-estrutura.</p>



Quadro 55 – Missões da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (fases de emergência e reabilitação)

AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências. 	<ul style="list-style-type: none"> – Contribuir para a definição das políticas no domínio do trânsito e da segurança rodoviária; – Promover e apoiar iniciativas cívicas e parcerias com entidades públicas e privadas, designadamente da rede escolar, que fomentem uma cultura de segurança rodoviária e de boas práticas de condução; – Fiscalizar o cumprimento das disposições legais sobre trânsito e segurança rodoviária; – Promover o estudo das causas e factores intervenientes nos acidentes de trânsito; – Elaborar estudos de legislação em matéria rodoviária e propor a sua actualização.

Quadro 56 – Missões das empresas de transporte colectivo de Braga (fases de emergência e reabilitação)

EMPRESAS DE TRANSPORTE COLECTIVO DE BRAGA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar os meios possíveis e necessários para o transporte urgente de pessoas; – Disponibilizar instalações para diversos fins. 	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilizar os meios possíveis e necessários para o transporte urgente de pessoas; – Disponibilizar instalações para diversos fins.

Quadro 57 – Missões da Portugal Telecom (fases de emergência e reabilitação)

PORTUGAL TELECOM (PT)	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar o restabelecimento e o reforço das comunicações telefónicas; – Garantir prioridades de acesso aos endereços correspondentes aos serviços essenciais e entidades consideradas essenciais à condução das operações. 	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar o restabelecimento das comunicações telefónicas; – Garantir prioridades de acesso aos endereços correspondentes aos serviços essenciais e entidades consideradas essenciais à condução das operações.

Quadro 58 – Missões da Autoridade Nacional de Comunicações (fases de emergência e reabilitação)

AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES (ANACOM)	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Prestar apoio técnico aos organismos e serviços responsáveis pelas comunicações em situação de acidente grave ou catástrofe; – Assegurar o funcionamento das redes e dos serviços de 	<ul style="list-style-type: none"> – Prestar apoio técnico aos organismos e serviços responsáveis pelas comunicações; – Apoiar com pessoal e meios próprios as



AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES (ANACOM)	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
telecomunicações em situações de acidente grave ou catástrofe; – Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências.	operações no âmbito das suas competências.

Quadro 59 – Missões dos Operadores de Telecomunicações (fases de emergência e reabilitação)

OPERADORES DE TELECOMUNICAÇÕES	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o restabelecimento e o reforço das comunicações telefónicas; Garantir prioridades de acesso aos endereços correspondentes aos serviços essenciais e entidades consideradas essenciais à conduta das operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o restabelecimento das comunicações telefónicas; Garantir prioridades de acesso aos endereços correspondentes aos serviços essenciais e entidades consideradas essenciais à conduta das operações.

Quadro 60 – Missões dos Radioamadores (fases de emergência e reabilitação)

RADIOAMADORES	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> Colaborar no âmbito das comunicações de emergência, contribuindo para o restabelecimento e robustecimento das comunicações de emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> Colaborar no âmbito das comunicações de emergência, contribuindo para o restabelecimento e robustecimento das comunicações de emergência.

Quadro 61 – Missões dos Órgãos de Comunicação Social (fases de emergência e reabilitação)

ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> Informar a população da activação do PMEPCB; Divulgar as medidas de autoprotecção recomendadas pelo SMPC; Transmitir os comunicados emitidos pelo serviço municipal de protecção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> Informar a população da desactivação do PMEPCB; Divulgar comunicados emitidos pelo SMPC.

Quadro 62 – Missões da AGERE – Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga - EM (fases de emergência e reabilitação)

AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA - EM	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a capacidade operacional dos serviços; Disponibilizar meios humanos e materiais para proceder ao corte ou reparação dos serviços; 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar meios humanos e materiais para restabelecer o normal funcionamento dos serviços;



AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA - EM	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar equipamentos para apoio em situações de emergência; Garantir prioridades de acesso, em situação de acidente grave ou catástrofe, aos locais correspondentes aos serviços essenciais e entidades consideradas essenciais à condução das operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Manter disponíveis os equipamentos para apoio em situações de falha dos serviços.

Quadro 63 – Missões do Instituto da Água (fases de emergência e reabilitação)

INSTITUTO DA ÁGUA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> Fornecer informação de carácter técnico e científico; Disponibilizar em tempo-real, via Internet, dados hidrometeorológicos das estações com telemetria, da rede de monitorização do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH); Garante, quando necessário por videoconferência, a troca de informações com os técnicos da CMPC, no âmbito dos caudais registados nos principais rios; Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências. 	<ul style="list-style-type: none"> Fornecer informação de carácter técnico e científico; Realizar obras de recuperação das estruturas hidráulicas afectadas; Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências.

Quadro 64 – Missões da Agência Portuguesa do Ambiente (fases de emergência e reabilitação)

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (APA)	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> Fornecer informação de carácter técnico e científico; Participar nas operações em que se verifica a ocorrência de um acidente grave ou catástrofe que envolve substâncias perigosas; Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências. 	<ul style="list-style-type: none"> Fornecer informação de carácter técnico e científico; Promover acções de educação ambiental; Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências.

Quadro 65 – Missões do Instituto de Meteorologia (fases de emergência e reabilitação)

INSTITUTO DE METEOROLOGIA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> Fornecer informação de carácter técnico e científico; Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito 	<ul style="list-style-type: none"> Fornecer informação de carácter técnico e científico;



INSTITUTO DE METEOROLOGIA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
das suas competências; – Assegurar o funcionamento e a exploração das redes de observação, medição e vigilância meteorológica; – Elaborar e difundir a previsão do estado do tempo; – Emitir avisos meteorológicos de mau tempo e garantir a troca de informações especializadas com os técnicos envolvidos.	– Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências.

Quadro 66 – Missões da Santa Casa da Misericórdia de Braga (fases de emergência e reabilitação)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
– Apoiar as acções de gestão de abrigos, de bem-estar das populações, de gestão de campos de deslocados e na distribuição de bens, alimentação e agasalhos; – Disponibilizar locais de alojamento para desalojados.	– Apoiar as acções de gestão de abrigos, de bem-estar das populações, de gestão de campos de deslocados e na distribuição de bens, alimentação e agasalhos; – Disponibilizar locais de alojamento para desalojados.

Quadro 67 – Missões do CNE – Núcleo de Braga (fases de emergência e reabilitação)

CNE - NÚCLEO DE BRAGA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
– Distribuir de agasalhos, roupas e bens alimentares; – Prestar apoio no alojamento da população; – Organizar acampamentos de emergência.	– Distribuir agasalhos, roupas e bens alimentares; – Prestar apoio no alojamento da população; – Gerir os acampamentos.

Quadro 68 – Missões dos Agrupamentos de Escolas (fases de emergência e reabilitação)

AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
– Evacuar a população escolar em caso de emergência, segundo as orientações do plano de segurança e emergência da escola; – Disponibilizar as instalações para diversos fins; – Participar no fornecimento de alimentação (as que possuem cozinha e refeitório); – Organizar acções de educação e informação da população.	– Manter a disponibilidade das instalações escolares sempre que solicitadas.



Quadro 69 – Missões dos Restaurantes Locais (fases de emergência e reabilitação)

RESTAURANTES LOCAIS	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Colaborar, se necessário, na confecção e serviço de refeições às forças de intervenção e às populações atingidas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Colaborar, se necessário, na confecção e serviço de refeições às forças de intervenção e às populações atingidas.

Quadro 70 – Missões dos Postos de Combustível Locais (fases de emergência e reabilitação)

POSTOS DE COMBUSTÍVEL LOCAIS	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar o abastecimento de veículos empenhados nas operações de emergência; – Garantir prioridades de acesso, em situação de acidente grave ou catástrofe, aos veículos considerados essenciais à prossecução das operações. 	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar o abastecimento de veículos empenhados nas operações de restabelecimento da normalidade.

Quadro 71 – Missões das Empresas de Segurança Privadas (fases de emergência e reabilitação)

EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADAS	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Garantir a segurança dos estabelecimentos industriais, comerciais ou outros, para os quais sejam requisitados os seus serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> – Garantir a segurança dos estabelecimentos industriais, comerciais ou outros, para os quais sejam requisitados os seus serviços.

3.3 MISSÃO DE OUTRAS ENTIDADES

Existem no concelho outras entidades que apesar, de não serem agentes de protecção civil nem entidades ou organismos de apoio, executam tarefas específicas importantes para a execução das operações. Como tal importa definir quais as suas principais acções:

Quadro 72 – Missões do Presidente da Câmara Municipal de Braga ou do seu substituto legal (fases de emergência e reabilitação)

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA OU SEU SUBSTITUTO LEGAL	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Desencadear as acções de protecção civil; – Convocar a CMPC; – Assumir a direcção do PMEPCB; – Declarar a situação de alerta. 	<ul style="list-style-type: none"> – Manter a direcção do PMEPCB e acompanhar as acções de protecção civil.

**Quadro 73 – Missões da Câmara Municipal de Braga (fases de emergência e reabilitação)**

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Prestar apoio técnico e científico; – Providenciar a desobstrução das vias de comunicação e itinerários de socorro; – Prestar apoio logístico; – Colaborar na evacuação das populações em áreas de risco. 	<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar a inspecção de edifícios, estruturas e depósitos de combustíveis de líquidos e gases; – Demolir edifícios e estruturas em risco de ruir; – Fazer a manutenção das vias de comunicação; – Realizar análise e quantificação dos danos; – Elaborar estudos para a reabilitação de recursos naturais.

Quadro 74 – Missões do Serviço Municipal de Protecção Civil de Braga (fases de emergência e reabilitação)

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL DE BRAGA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Difundir avisos, comunicados e medidas de autoprotecção; – Prestar informações ao PCO; – Colaborar no apoio logístico. 	<ul style="list-style-type: none"> – Efectuar a inspecção de edifícios, estruturas e depósitos de combustíveis de líquidos e gases; – Avaliar as zonas afectadas e estabelece os locais de intervenção prioritária.

Quadro 75 – Missões das Juntas de Freguesia (fases de emergência e reabilitação)

JUNTAS DE FREGUESIA DE BRAGA	
Fase de emergência	Fase de reabilitação
<ul style="list-style-type: none"> – Colaborar no planeamento das instalações da sua área que serão destinadas aos diversos fins de assistência humanitária; – Prestar assessoria técnica e apoiar com meios e recursos; – Promover acções de sensibilização da população e colaborar nas que forem desenvolvidas por outras entidades; – Efectuar a recepção, selecção e encaminhamento de voluntários; – Colaborar na sinalização de infra-estruturas florestais; – Colaborar na difusão de avisos, informações e medidas de autoprotecção. 	<ul style="list-style-type: none"> – Avaliar e quantificar os danos; – Fazer a recolha de dádivas; – Promover acções de sensibilização da população e colaborar nas que forem desenvolvidas por outras entidades.